

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO FACULDADE DE DIREITO
DEPARTAMENTO DE DIREITO PROCESSUAL**

DPC 513 – TUTELA JURISDICIONAL DOS INTERESSES TRANSINDIVIDUAIS

1º Semestre de 2024

Quinta-feira, das 11:15 às 12:50 – Sala Almeida Jr.

Profa. Dra. Susana Henriques da Costa

PROGRAMA DA DISCIPLINA

A disciplina será ministrada pela professora responsável, sendo realizados quatro seminários obrigatórios e um facultativo para todos os alunos, na presença dos monitores de pós-graduação, tudo conforme cronograma abaixo:

1. CRONOGRAMA DE AULAS

| DIA | ATIVIDADE | TEMA |
|------------|--------------------|--|
| 29/02 | Aula 1 | Apresentação do Programa – Introdução |
| 07/03 | Aula 2 | Caracterização dos interesses |
| 14/03 | <i>Seminário 1</i> | <i>Tutela jurisdicional coletiva: críticas e justificativas</i> |
| 21/03 | Aula 3 | Inquérito Civil e Mecanismos consensuais |
| 28/03 | Recesso | Não haverá aula. Recesso Escolar (Semana Santa) |
| 04/04 | <i>Seminário 2</i> | <i>Legitimidade e representatividade adequada</i> |
| 11/04 | Aula 4 | Legitimidade |
| 18/04 | Aula 5 | Procedimento, provas, desistência, competência |
| 25/04 | Aula 6 | Pedido, causa de pedir e tutelas provisórias |
| 02/05 | <i>Seminário 3</i> | <i>A ação coletiva na definição de políticas públicas</i> |
| 09/05 | Aula 7 | Relação entre demandas e coisa julgada |
| 16/05 | Aula 8 | Tutela específica, execução e liquidação nas Ações Cíveis Públicas |
| 23/05 | Aula 9 | <i>Processos Estruturais</i> |
| 30/05 | Recesso | Não haverá aula. Feriado. (Corpus Christi) |
| 06/06 | <i>Seminário 4</i> | <i>Litígio estratégico de interesse público</i> |
| 11-21/06 | Prova | Semana de Provas |

2. DINÂMICAS DOS SEMINÁRIOS

- Os seminários desenvolvidos ao longo do semestre serão baseados na aprendizagem a partir de um caso problema (*Problem-based learning*). No início do semestre um caso fictício (baseado em um caso real) será disponibilizado no moodle. A matéria conduzirá os debates ao longo dos 4 (quatro) seminários programados conforme cronograma acima;

- Nos dias de seminários, as/os alunas/os, enfrentarão situações problemas do caso (disponibilizadas no momento da aula) e terão que se valer de elementos das referências bibliográficas indicadas para responder/reagir às perguntas e situações, o que permitirá a construção coletiva e autônoma de conhecimento sobre os temas;
- Os textos devem ser previamente lidos para debate em sala de aula;
- Os textos integrais estarão disponíveis na plataforma moodle;
- O objetivo dos seminários é a compreensão e o aprofundamento das temáticas tratadas.
- Haverá um seminário extra (atividade assíncrona), que integrará a nota dos seminários, conforme item 4. *Infra*.

3. TEMAS E PROGRAMA DE SEMINÁRIOS

Seminário 1 Tutela jurisdicional coletiva: críticas e justificativas

- FISS, Owen. Teoria Política das ações coletivas. In *Um novo processo civil: estudos norte-americanos sobre jurisdição, constituição e sociedade*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. p. 233/249;
- HENSLER, Deborah R. Class actions in context. In: ____; HODGES, Christopher; TZANKOVA, Ianika. *Class Actions in Context: How Culture, Economics and Politics Shape Collective Litigation*. EE Elgar, 2016.
- SBDP. *Ações Coletivas no Brasil: temas, atores e desafios da tutela coletiva*, São Paulo, 2017, p. 189-197.

Seminário 2 – Representatividade Adequada

- COSTA, Susana Henriques da. O Controle Judicial da Representatividade Adequada: uma análise dos sistemas norte-americano e brasileiro. In: SALLES, Carlos Alberto de. (Org.). *As Grandes Transformações do Processo Civil Brasileiro: homenagem ao Professor Kazuo Watanabe*. 1 ed. São Paulo: Quartier Latin, 2009, p. 953-978.
- ASPERTI, Maria Cecília de Araújo. *Recursos repetitivos e incidente de resolução de demandas repetitivas: uma análise da perspectiva do acesso à justiça e da participação no processo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, pp. 98/112.

Seminário 3 - A ação coletiva na definição de políticas públicas

- SOUZA, Fernando Garcia. *Política Educacional – Suprema Corte dos EUA – Caso Brown x Board of Education 347 U.S. 483 (1954) – Julgamento em 17 de maio de 1954*. In: GRINOVER, Ada; WATANABE, Kazuo; COSTA, Susana Henriques da. *O Processo para solução de conflitos de interesse público*. Salvador: Juspodivm, 2017, pp. 251/257.
- COSTA, Susana Henriques da. A imediata judicialização dos direitos fundamentais sociais e o mínimo existência: relação direito e processo. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; e COSTA, Susana Henriques. (Org.). *O processo para solução de conflitos de interesse público*. Salvador: Juspodivm, 2017, p. 397-421.

Seminário 4 - Litígio estratégico de interesse público

- COSTA, Susana Henriques da. Acesso à Justiça: Promessa ou realidade? Uma análise do litígio sobre creche e pré-escola no município de São Paulo. In: GRINOVER, Ada; WATANABE, Kazuo; COSTA, Susana Henriques da. *O Processo para solução de conflitos de interesse público*. Salvador: Juspodivm, 2017, pp. 449/474.
- ALMEIDA, Eloísa Machado de. Litígio Estratégico e Articulação entre jurisdições: o caso guerrilha do Araguaia. In: GRINOVER, Ada; WATANABE, Kazuo; COSTA, Susana Henriques da. *O Processo para solução de conflitos de interesse público*. Salvador: Juspodivm, 2017, pp. 527/548.
- CARDOSO, Evorah. Ciclo de vida do litígio estratégico no sistema interamericano de direitos humanos: dificuldades e oportunidades para atores não estatais. *Revista Eletrônica del Instituto de Investigaciones "Ambrosio L. Gioja", Año V, Número Especial, 2011, p. 365-369.*

Seminário 5 – Relação entre demandas coletivas e individuais (Caso Extra)

- SILVA, Larissa Clare Pochmann da. Sistemas de Vinculação das Pretensões Individuais ao Julgamento Coletivo. *Revista de Processo*, v. 279, p. 28-35, 2018.
- CHAVES, Débora Chaves Martines. Relação entre demandas individuais e coletivas: "Projeto Cadernetas de Poupança – Tribunal de Justiça do Rio Grande Do Sul" - uma análise do caso. *Revista de Processo*, v. 201, pp. 315/355, 2011.
- WATANABE, Kazuo. Relação entre demanda coletiva e demandas individuais. *Revista de Processo*, v. 31, p. 28-35, 2006.

4. AVALIAÇÃO

A avaliação será composta de 1 (uma) prova dissertativa, versando sobre a matéria das aulas e dos seminários, abrangendo aspectos teóricos e práticos. Distribuição da pontuação:

- 5 pontos prova
- 5 pontos seminário

Cada seminário terá o peso de 1,25 sobre a nota final. A menor nota entre os cinco seminários será descartada para contabilização da nota final.

5. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARENHART, Sérgio Cruz. Os processos estruturais no direito brasileiro: reflexões a partir do caso da ACP do carvão. In GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; COSTA, Susana Henriques da (Coords.). *O processo para solução de conflitos de interesse público*. Salvador: Juspodivm, 2017, p. 475-492.

COSTA, Susana Henriques da Costa; FERNANDES, Débora Chaves Martines. Processo coletivo e controle judicial de políticas públicas – Relatório Brasil. In GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; COSTA, Susana Henriques da (Coords.). *O processo para solução de conflitos de interesse público*. Salvador: Juspodivm, 2017, p. 359 – 381.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). *Judicialização da saúde no Brasil: perfil das demandas, causas e propostas de solução*. Relatório Analítico Propositivo. Justiça Pesquisa: Direitos e Garantias Fundamentais, 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp->

<content/uploads/2018/01/f74c66d46cfea933bf22005ca50ec915.pdf>.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). *Ações coletivas no Brasil: temas, atores e desafios da tutela coletiva*. Relatório Analítico Propositivo. Justiça Pesquisa: Direitos e Garantias Fundamentais, 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.cnj.jus.br/jspui/handle/123456789/290#:~:text=O%20objetivo%20desta%20pesquisa%20foi,e%20individuais%20homog%C3%AAneos%20e%20para>.

GRINOVER, Ada Pellegrini. O controle das políticas públicas pelo poder judiciário. *Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito*, São Paulo, v. 7, n. 7, p. 9 – 37, 2010. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/RFD/article/viewFile/1964/1969>.

MARINHO, Carolina Martins. *Justiciabilidade dos direitos sociais: análise de julgados do direito à educação sob o enfoque da capacidade institucional*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/RFD/article/viewFile/1964/1969>.

RODRIGUES, Rayane Vieira; OLIVEIRA, Vanessa Elias. *Ministério Público, judicialização e atuação extrajudicial em saúde*. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 18, n. 3, 2022, p. 1-32. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/88400/83123>.

WATANABE, Kazuo. Controle jurisdicional das políticas públicas – “mínimo existencial” e demais direitos fundamentais imediatamente judicializáveis. In GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo (Coords.). *O Controle Jurisdicional de Políticas Públicas*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Gen-Forense, 2013, p. 213-224.

ZUFELATO, Camilo. Controle judicial de políticas públicas mediante ações coletivas e individuais. In GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo (Coords.). *O Controle Jurisdicional de Políticas Públicas*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Gen-Forense, 2013, p. 309-331.